

Lago Sul, o paraíso dos invasores

Fotos: Ronaldo de Oliveira

São cada vez mais freqüentes as ocupações de terras públicas para a construção de quadras de esportes, cais e até de heliporto

Fernanda Melazo
Da equipe do Correio

A disputa pela posse de terra não é uma atividade exclusiva dos sem-terra. Quem tem dinheiro também faz ocupações. Mas tem algumas diferenças: em vez de levantarem um simples baraco como fazem os pobres, os ricos constroem em áreas que não lhes pertencem quadras de esportes, piscinas, cais e até mesmo lagos e heliporto, sem qualquer cerimônia.

Ocupar área pública virou hábito para a maioria dos moradores do Lago Sul. Segundo a Associação de Moradores do bairro, 8 mil casas ultrapassam hoje os limites de seus lotes originais. A Administração Regional prefere não confirmar esses números, mas reconhece que invasão de área pública é comum no local.

“É impossível saber quantas ocupações existem, mas a administração fiscaliza todos os casos que são denunciados”, afirma o administrador Abdon Araújo.

É comum os moradores do Lago Sul incorporarem aos seus terrenos, como área verde, parte dos terrenos públicos. Segundo a administração, não há problemas em ocupá-los, desde que o morador não construa nada sobre eles.

DENÚNCIAS

A própria comunidade está informada com a atitude de alguns vizinhos, que exageram na ocupação. “A comunidade denuncia os moradores que insistem em ocupar áreas maiores do que os seus lotes. Esses casos estão sendo notificados pela administração”, diz Abdon.

Esse ano, a administração já fez 156 notificações. Se mesmo depois de notificados os moradores não recuam, a administração abre um processo administrativo interno intitulado “invasão de área pública”. Existem, hoje, 25 processos contra moradores do Lago Sul.

É o caso, por exemplo, do processo 146.000.511/94, aberto pelo então administrador Carlos Moura em 1994 contra o engenheiro Dickran Berberian, morador da QI 05. Berberian é dono de um lote de

1.320 metros quadrados. No ano passado, o engenheiro virou notícia porque multiplicou mais de dez vezes o tamanho da sua área. O engenheiro cercou o terreno, criou um jardim, construiu um lago e uma casa em uma área que, segundo a administração, mede 17 mil metros quadrados.

LICITAÇÃO

A área ocupada prevê ainda cinco lotes comerciais, um lote para lazer e recreação e uma outra área destinada a parcelamento futuro. Os cinco terrenos destinados a comércio já foram licitados pela Terracap por meio do edital nº 18/95 de dezembro do ano passado.

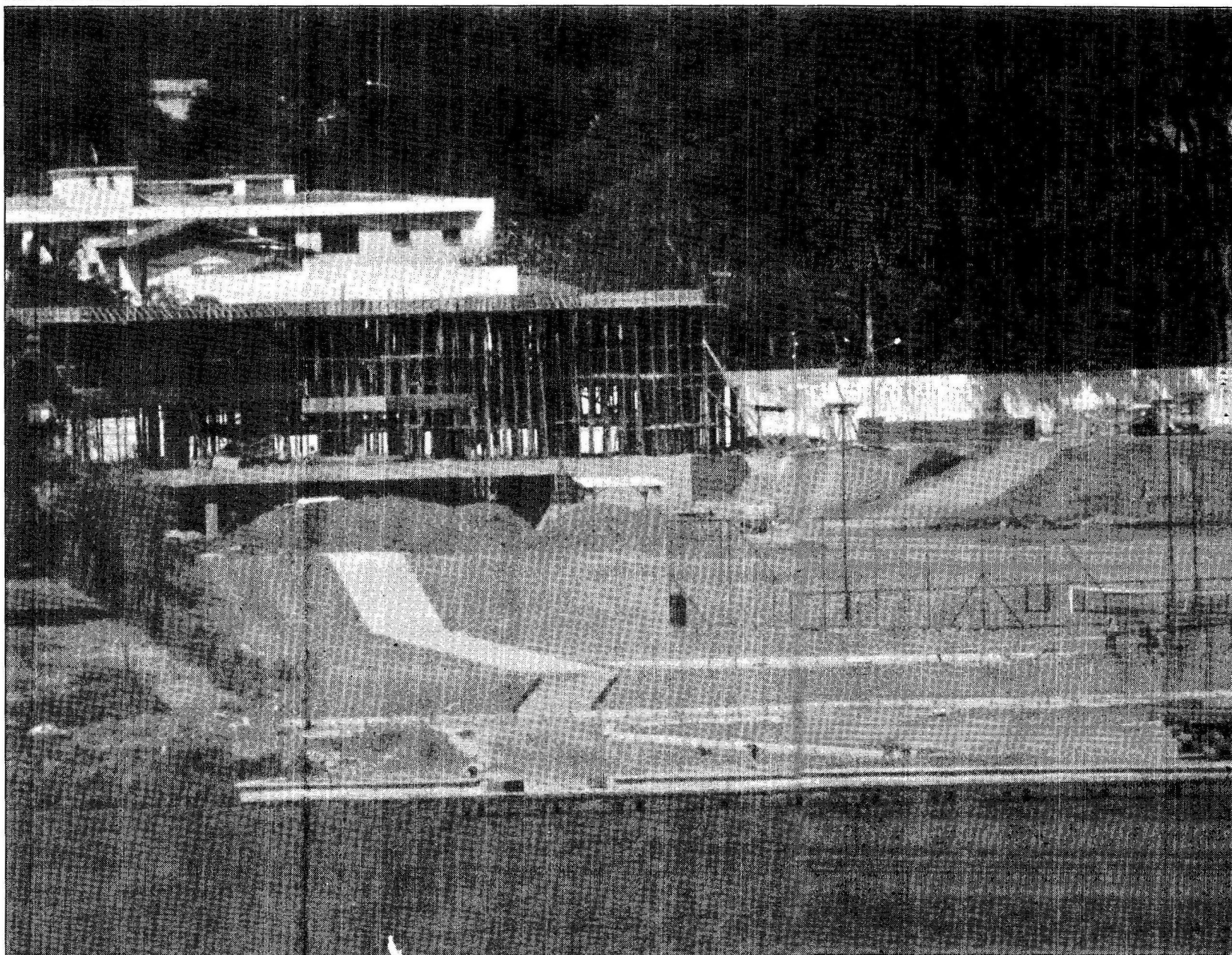
Existem dois tipos de lotes. Os terrenos residenciais ou comerciais e a área pública ou área verde. Os primeiros pertencem legalmente à Terracap, que começou a vendê-los ano passado por licitação. Pelas contas da empresa, dos 53 lotes que ela colocou à venda, 37 estavam ocupados e apenas 16 encontravam-se vazios. A Terracap não tem poder legal sobre área pública.

A última licitação feita pela Terracap, dia 27 de junho, colocou à venda 11 lotes no Lago Sul. Desse total, seis estavam ocupados pelos moradores do local. “No dia da licitação, os moradores vieram aqui e fizeram apelo para que a Terracap não vendesse os terrenos, mas não adiantou”, afirmou um assessor da empresa.

Tão ousada quanto a de Berberian é a ocupação de área pública da residência em construção do empresário Valmir Amaral, dono da empresa de Transportes Coletivos Viva Brasília. O lote de Amaral, na QL 08, tem 1.320 metros quadrados. Mas a obra tomou conta de 15 mil metros quadrados.

HELIPORTO

Amaral está construindo uma casa de 1.087 metros quadrados em seu lote. Na área pública ocupada por ele, já estão prontas duas quadras de esportes, um heliporto e um cais. “O empresário está fazendo um benefício visual para o Distrito Federal”, justifica o arquiteto da obra, R.R. Roberto.



Ocupando mais de 10 mil m2 de área pública, a casa do empresário Walmir Amaral, na QL 8, é um exemplo das invasões que se tornaram regra no Lago

“O dia em que o governo quiser a área de volta, eu não farei qualquer oposição. Eu não sou o único que invade área verde com quadra de esporte. Qualquer mansão do Lago Sul e Norte faz isso. Se o governo quiser a área vai ter que pegar de volta todas as outras que estão ocupadas por outros moradores”, defende-se Amaral.

Dois meses atrás, a administração embargou as obras na área em frente ao seu lote. “Estamos esperando que essa situação se regularize. Estou consciente que aquilo é área pública. Assim que o governo quiser tomá-la, ela está à disposição”, diz o empresário.

EMBARGO

Recentemente, a administração conseguiu evitar outra ocupação de área pública. O genro do em-

presário Neném Constantino, dono da Viação Planeta e Alvorada, Eduardo Queiróz, está finalizando as obras de sua residência na QL 12, num lote de 1.600 metros quadrados.

Segundo o diretor de fiscalização da administração, Francisco Rabello, a obra na área pública em frente ao lote de Queiróz foi embargada antes que o empresário começasse a construir nela. O engenheiro Augusto César Puccinelli, responsável pela obra, nega o embargo.

“Não existe embargo nenhum. O projeto não prevê nenhuma edificação no local além de um jardim. A administração apenas notificou a obra, como fez com a maioria das casas vizinhas que ocupam área verde”, afirma ele.

Puccinelli reconhece que toda

área que ultrapassa os limites do lote é pública e que nada pode ser construído nela. “A rigor ninguém pode colocar cerca na área verde, mas todo mundo faz isso”, diz.

Do lado esquerdo da obra do empresário Eduardo Queiróz, fica a residência oficial do presidente do Senado. Do lado direito, uma residência do Grupo OK, adquirida do governo por licitação em 1987. Ambas foram construídas nos anos 70 e também ocupam área pública.

NOTIFICAÇÃO

O lote do Senado mede 1.600 metros quadrados e ocupa três mil metros quadrados de área verde com quadras de esportes. O terreno do Grupo OK é menor, com 1.320 metros quadrados e ocupa oito mil metros quadrados de área pública com quadras de esporte,

sauna e canil.

Segundo a administração, as duas casas já foram notificadas. O diretor geral do Senado, Agaciél Maia, disse que não sabe de nenhuma notificação e garantiu que não há irregularidade na construção. “Essa casa foi construída numa época em que não existia nada no Lago Sul. Não havia demarcação nenhuma. Acho estranha essa informação de que a casa foi notificada”, afirma ele.

A assessoria do Grupo OK também levou susto com a notícia e informou que não tem conhecimento de qualquer notificação. Segundo membros da assessoria, a casa está hoje da mesma forma que quando foi comprada. O grupo diz que não se responsabiliza pelas edificações que lá foram feitas antes da aquisição da casa.

Polêmica é antiga

A venda de terrenos no Lago Sul pela Terracap deu início à polêmica sobre a ocupação do bairro, que mais parece uma novela, com o seu enredo recheado de brigas e acusações entre os moradores.

A briga mais antiga é a do engenheiro Dickran Berberian. Em 1994, o então administrador regional Carlos Moura abriu processo administrativo interno contra o engenheiro.

A administração pedia para que ele tirasse a cerca da área de mais de 10 mil metros quadrados que ocupou ao lado de sua casa, na QI 05.

ABAIXO-ASSINADO

Ano passado, Berberian arrumou mais um inimigo: a Terracap. A companhia decidiu licitar os cinco lotes comerciais da QI 05 a fim de cumprir o traçado do projeto urbanístico URB 18/84, elaborado em 1984 durante o mandato do então governador José Ornellas.

Mas Berberian bateu os pés e

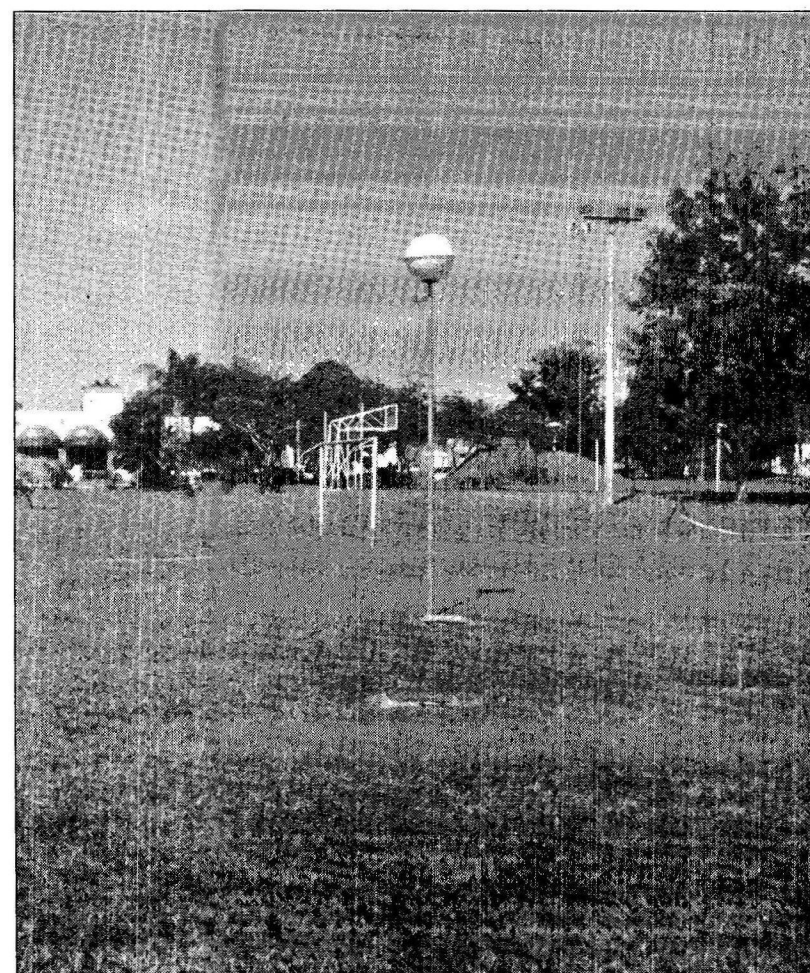
deu razões para não recuar. Ele garante que o URB 18/84 foi extinto em 1989 por meio do decreto 12.054/89 pelo governador Joaquim Roriz.

Os motivos foram um abaixo-assinado da Associação dos Moradores do Lago Sul, da qual é sócio, e a decisão 118/89 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Cauma).

BRIGA JUDICIAL

Com base nesses documentos, o engenheiro tenta ganhar tempo na Justiça. Berberian já recorreu mais de três vezes a pedidos de mandado de segurança contra a sua expulsão da área. A última tentativa foi feita há quase duas semanas. A Justiça ainda não deu resposta.

A assessoria da Terracap confirma a existência do decreto, mas diz que o projeto não chegou a ser extinto. Em novembro de 1990, o Cauma por meio da decisão 116/90 resolveu anular a decisão anterior e aprovar a revalidação do URB 18/84.



Na residência oficial do Senado, quadras tomam o lugar de área pública